



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

BIBIANO DIOGO CASSANDA

**IDENTIDADE LINGUÍSTICA: O APAGAMENTO DA LÍNGUA HUNGO
E O SEU IMPACTO NA FRAGILIZAÇÃO IDENTITÁRIA DE SEU POVO**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2026

BIBIANO DIOGO CASSANDA

**IDENTIDADE LINGUÍSTICA: O APAGAMENTO DA LÍNGUA HUNGO
E O SEU IMPACTO NA FRAGILIZAÇÃO IDENTITÁRIA DE SEU POVO**

Projeto de pesquisa apresentado como requisito
para pré-projeto de Bacharel em Humanidades,
na Universidade da Integração Internacional da
Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB - Campus
dos Malês.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Mariana da Costa
Aguiar Petroni.

Co-orientadora: Prof.^a Dr.^a Carla Benitez
Martins.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2026

BIBIANO DIOGO CASSANDA

**IDENTIDADE LINGUÍSTICA: O APAGAMENTO DA LÍNGUA HUNGO E O SEU
IMPACTO NA FRAGILIZAÇÃO IDENTITÁRIA DE SEU POVO**

Projeto de pesquisa apresentado como requisito
para pré-projeto de Bacharel em Humanidades,
na Universidade da Integração Internacional da
Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB - Campus
dos Malês.

Data de aprovação: 03/07/2026.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Mariana Petroni (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof. Dr. Ismael Tcham

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof. M.e Albano Dias Malundo

Instituto de Estudos Socioambientais (IESA/UFG)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CRA - Constituição da República de Angola

FNLA - Frente Nacional de Libertação de Angola

INE – Instituto Nacional de Estatística

MPLA – Movimento popular de Libertação de Angola

UNITA – União Nacional de Independência Total de Angola

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
1.1	PROBLEMATIZAÇÃO	7
1.2	HIPÓTESE	8
1.3	OBJETIVOS	8
1.3.1	Geral	8
1.3.2	Específicos	8
1.4	JUSTIFICATIVA	9
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	10
2.1	IDENTIDADE CULTURAL COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL	11
2.2	LÍNGUA COMO ELEMENTO FUNDAMENTAL DA IDENTIDADE	12
2.3	COLONIALISMO E HIERARQUIZAÇÃO CULTURAL EM ANGOLA	14
2.4	CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE NACIONAL E TENSÕES ÉTNICAS	15
2.5	CASO ESPECÍFICO DOS HUNGU, SUAS PRÁTICAS CULTURAIS	17
2.6	CONSEQUÊNCIAS PARA OS GRUPOS MINORITÁRIOS	21
3	METODOLOGIA	23
4	CRONOGRAMA	25
	REFERÊNCIAS	26

1 INTRODUÇÃO

Angola caracteriza-se por uma expressiva diversidade linguística e cultural, constituindo-se como um dos países africanos em que a pluralidade de línguas representa um elemento central na construção das identidades coletivas e na preservação do património imaterial. As línguas nacionais desempenham um papel fundamental na transmissão de conhecimentos, valores, memórias históricas e formas particulares de interpretação da realidade social. Conforme sustenta Fishman (1991), a língua constitui um dos principais mecanismos de manutenção da identidade étnica e da continuidade cultural dos grupos sociais, especialmente em contextos marcados por processos de mudança sociopolítica e globalização.

Entre as diversas línguas faladas no território angolano destacam-se o Kimbundu, Umbundu, Kikongo, Cokwe, Ngangela, Olunyaneka, Oshiwambo, entre outras pertencentes ao tronco bantu, além das línguas associadas aos grupos Khoisan e Vatwa. Apesar dessa riqueza linguística, verifica-se uma assimetria no reconhecimento institucional e na valorização social dessas línguas, situação que tem favorecido a hegemonia do português enquanto língua oficial e principal veículo de comunicação nos domínios político-administrativo, educacional e económico.

Neste contexto insere-se a língua Hungo, pertencente ao grupo etnolinguístico bantu e associada ao povo Hungo, historicamente localizado nas atuais províncias do Bengo, Cuanza Norte e Uíge. Os Hungo constituem um grupo minoritário dotado de organização sociopolítica própria, sistemas tradicionais de autoridade e mecanismos específicos de transmissão intergeracional de conhecimentos. A língua ocupa posição estratégica nesse processo, uma vez que materializa formas de conhecimento, práticas culturais e representações simbólicas que contribuem para a reprodução social do grupo.

Entretanto, as transformações socioeconómicas ocorridas em Angola ao longo do século XX e início do século XXI, particularmente a urbanização acelerada, os deslocamentos populacionais provocados pela guerra civil e a crescente predominância do português nos espaços institucionais, produziram impactos significativos sobre a vitalidade das línguas nacionais. Segundo Crystal (2000), a redução do número de falantes e a interrupção da transmissão linguística entre gerações constituem indicadores relevantes de vulnerabilidade e risco de desaparecimento de uma língua.

No caso específico da língua Hungo, observa-se um cenário marcado pela limitada documentação linguística, reduzida visibilidade académica e insuficiente presença em políticas

públicas voltadas para a educação multilíngue. Tal realidade tende a enfraquecer os mecanismos de preservação da memória coletiva e das tradições culturais associadas ao grupo. De acordo com a UNESCO (2003), a proteção das línguas minoritárias constitui uma condição essencial para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial e para a promoção da diversidade cultural.

A análise das políticas linguísticas angolanas revela que a institucionalização do português, embora importante para a construção do Estado nacional, foi historicamente acompanhada por processos de marginalização das línguas autóctones. Conforme argumentam Calvet (2007) e Phillipson (1992), as políticas linguísticas podem reproduzir relações de poder que favorecem determinadas línguas em detrimento de outras, contribuindo para fenômenos de exclusão simbólica e desigualdade sociocultural. No caso angolano, essas dinâmicas manifestam-se na limitada inserção das línguas nacionais nos sistemas de ensino, na administração pública e nos meios de comunicação.

Autores contemporâneos como Muamununga (2024), defendem a necessidade de políticas linguísticas orientadas para o multilinguismo e para a valorização efetiva das línguas nacionais, reconhecendo-as como recursos estratégicos para o desenvolvimento sociocultural e para o fortalecimento da cidadania. Nessa perspectiva, o estudo da língua Hungu adquire relevância científica, social e política, pois permite compreender os mecanismos que condicionam a sua preservação ou enfraquecimento, contribuindo simultaneamente para o debate sobre diversidade linguística, identidade cultural e inclusão sociolinguística em Angola.

1.1 PROBLEMATIZAÇÃO

A língua representa um dos principais elementos de constituição da identidade cultural, da memória coletiva e da organização social dos povos. Em sociedades multilíngues, como a angolana, as relações entre língua, poder e identidade assumem particular relevância, uma vez que os processos históricos de colonização, formação do Estado nacional e modernização da sociedade neoliberais produziram diferentes níveis de reconhecimento e valorização entre as línguas existentes no território.

Embora a Constituição de Angola reconheça a importância das línguas nacionais, como se lê no Art.º 21, alínea n): “proteger, valorizar e dignificar as línguas angolanas de origem africana, como patrimônio cultural, e promover o seu desenvolvimento, como línguas de identidade nacional e de comunicação”, observa-se que diversas comunidades linguísticas continuam enfrentando desafios relacionados à sua preservação, transmissão intergeracional e

legitimação institucional. Entre essas comunidades encontra-se o povo Hungu, cuja língua apresenta reduzida visibilidade nos espaços formais de educação, investigação científica e formulação de políticas públicas.

A predominância da língua portuguesa, associada aos processos de urbanização, migração, escolarização monolíngue e integração económica, tem contribuído para a diminuição do uso cotidiano da língua Hungu, sobretudo entre as gerações mais jovens, fenómeno que suscita preocupações quanto à continuidade dos conhecimentos tradicionais, das práticas culturais e dos elementos identitários historicamente vinculados a essa comunidade.

Como os processos históricos, políticos e sociais de marginalização da língua Hungu contribuem para o enfraquecimento da identidade cultural, da transmissão intergeracional dos saberes tradicionais e da preservação do património sociocultural do povo Hungu em Angola?

1.2 HIPÓTESE

H1: A hegemonia da língua portuguesa nas instituições estatais e educacionais contribuiu para a diminuição do uso intergeracional da língua Hungo.

H2: Apesar desse processo de marginalização, práticas culturais e formas de oralidade ainda funcionam como mecanismos de preservação de identidade, cultura e língua Hungo.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Geral

Analisar os processos históricos, sociopolíticos e linguísticos que contribuem para o enfraquecimento e a invisibilização da língua Hungu, bem como os seus impactos na preservação da identidade cultural e na transmissão dos saberes tradicionais do povo Hungu em Angola.

1.3.2 Específicos

- 1). Identificar os principais fatores históricos, políticos e sociais que influenciaram a marginalização da língua Hungu no contexto angolano;
- 2). Descrever os mecanismos de transmissão intergeracional da língua Hungu e sua importância para a preservação dos conhecimentos e práticas socioculturais da comunidade;

3). Examinar os efeitos da predominância da língua portuguesa sobre o uso, a valorização e a continuidade da língua Hungu entre as novas gerações;

1.4 JUSTIFICATIVA

A escolha do tema representa um marco histórico que caracteriza os saberes, a cultura, tradição e a língua, pelo qual o grupo se comunica.

Já na fase da minha juventude surgiu a preocupação de entender os fatores subjacentes ao apagamento histórico da língua, seu impacto e fragilização que trariam para as gerações vindoura, porque com a influência do português, a língua Hungo deixou de ser falada com frequência ou mesmo não despertava o interesse dos jovens. Sobretudo nas províncias do Bengo, Cuanza Norte e Uíge, espaços por onde vivi e convivi com os meus familiares até me mudar para a capital do país Luanda, onde também há uma pequena comunidade Hungo.

A pesquisa fundamenta-se na necessidade de compreender os processos históricos, sociopolíticos e culturais que têm contribuído para a invisibilização e o enfraquecimento da língua Hungo, bem como para a fragilização das práticas culturais e identitárias associadas a esse grupo etnolinguístico. Em um contexto marcado pela crescente hegemonia da língua portuguesa e pelas transformações decorrentes da urbanização, da escolarização formal e da globalização cultural, torna-se relevante analisar os mecanismos que influenciam a manutenção ou o declínio das línguas minoritárias em Angola.

A relevância científica deste estudo apoia-se na necessidade de ampliar o conhecimento sobre a diversidade linguística e cultural angolana, particularmente acerca de grupos étnicos que permanecem insuficientemente explorados pela literatura acadêmica. Embora existam investigações sobre os povos Mbundu e suas variantes socioculturais, observa-se uma reduzida produção científica dedicada especificamente ao povo Hungo, sobretudo no que concerne aos processos de apagamento linguístico, à transmissão intergeracional da língua e às transformações identitárias decorrentes das mudanças socioculturais contemporâneas. Do ponto de vista teórico, o estudo se apresenta dentro do campo da complexidade, desenvolvido por Edgar Morin (1990) por isso, recorre-se à metodologia interdisciplinar para permitir um diálogo sobre diversidade linguística, identidade cultural e políticas linguísticas, considerando que a língua não constitui apenas um instrumento de comunicação, mas também um elemento estruturante da memória coletiva, da produção de conhecimentos e da reprodução das práticas socioculturais.

No plano social, a pesquisa apresenta-se pertinente por buscar contribuir para a valorização do patrimônio cultural imaterial do povo Hungo, reforçando a importância da preservação da sua língua, dos seus saberes tradicionais e das suas formas de organização social. Considerando que a Constituição da República de Angola (2010) estabelece como tarefa fundamental do Estado a proteção e valorização das línguas angolanas de origem africana, a investigação poderá fornecer subsídios relevantes para o fortalecimento de iniciativas voltadas à promoção da diversidade linguística e cultural no país.

A relevância política e institucional do estudo decorre igualmente da possibilidade de subsidiar a formulação e o aperfeiçoamento de políticas linguísticas e educacionais mais inclusivas, capazes de reconhecer e integrar as línguas nacionais nos processos de ensino-aprendizagem e nas estratégias de desenvolvimento sociocultural. A compreensão dos fatores que afetam a vitalidade da língua Hungo poderá contribuir para a construção de mecanismos de salvaguarda linguística, documentação cultural e fortalecimento das identidades locais.

Do ponto de vista metodológico, a investigação adota uma abordagem qualitativa, apoiada em pesquisa bibliográfica, documental. A minha proximidade com o objeto de estudo constitui um elemento potencialmente enriquecedor para a compreensão das dinâmicas culturais da comunidade investigada. Todavia, essa condição exige rigor metodológico, reflexividade crítica e observância dos princípios éticos da pesquisa científica, de modo a assegurar a consistência analítica e a confiabilidade dos resultados.

Dessa forma, o estudo busca não apenas produzir conhecimento científico sobre a língua Hungo e os processos que condicionam a sua vitalidade, mas também contribuir para a valorização, preservação e fortalecimento da identidade linguística, cultural e histórica do povo Hungo, promovendo reflexões sobre a diversidade linguística e cultural no contexto angolano contemporâneo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção do trabalho, abordarei os principais conceitos fundamentais para poder entender o tema e consequentemente responder a nossa pergunta de partida. Portanto destacamos alguns destes conceitos:

2.1 IDENTIDADE CULTURAL COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL

Para a compreensão do conceito de identidade na perspectiva cultural destacam-se contributos teóricos desenvolvidos por Stuart Hall (1987), que concebe a identidade cultural em construção, moldado pelas interações sociais e pelas trajetórias históricas que caracterizam determinados grupos étnicos.

Neste enquadramento, a identidade pode ser entendida como um conjunto de características socioculturais que permitem a identificação e a diferenciação de indivíduos e grupos, considerando elementos como hábitos, costumes, práticas culturais e línguas. Tal perspectiva torna-se particularmente evidente no contexto africano, e especificamente angolano, marcado por uma ampla diversidade linguística e cultural distribuída pelas diferentes regiões do país.

A partir das contribuições de Hall (1987), a identidade é entendida aqui como um processo histórico atravessado por relações de poder, não sendo fixa nem essencial, mas construída no interior do contexto sociocultural e linguístico específico.

Nessa perspectiva, o apagamento da língua Hungo pode ser analisado como um fenómeno inserido numa dinâmica histórica de dominação linguística e cultural, influenciando diretamente os processos de construção identitária do grupo.

No contexto angolano, a hegemonização da língua portuguesa configura-se como um fator de dominação sobre as línguas locais, contribuindo para o processo de inferiorização e invisibilização cultural.

Neste sentido, a língua Hungo, enquanto elemento estruturante da identidade do grupo, tem sido progressivamente marginalizada, evidenciando a centralidade das disputas simbólicas na definição dos significados culturais do povo.

Dessa forma, através da teoria de identidade cultural de Hall (1987), a articulação entre língua, cultura e poder, permite compreender que a identidade se constroi no interior das relações sociais historicamente situadas, nas quais a cultura constitui um espaço de disputa por significados. Porém, no caso dos Hungo, a língua desempenha um papel fundamental na transmissão da memória coletiva, das narrativas orais e das práticas culturais características do grupo.

Portanto, para os Hungo, a redução do uso da língua e cultura como sua identidade, implica transformações significativas no âmbito do processo de identificação da cultura e da língua desse grupo étnico.

2.2 LÍNGUA COMO ELEMENTO FUNDAMENTAL DA IDENTIDADE

A relação entre língua e identidade constitui um dos temas centrais dos estudos contemporâneos em Sociolinguística, Antropologia Linguística e Estudos Culturais. Em consonância com a perspectiva da identidade cultural, enquanto construção social, desenvolvida por Stuart Hall (1987), a língua assume um papel estratégico nos processos de produção, reprodução e ressignificação das identidades coletivas. Mais do que um simples instrumento de comunicação, a língua representa um sistema simbólico por meio do qual os indivíduos e grupos sociais interpretam o mundo, organizam suas experiências e transmitem conhecimentos entre gerações.

A importância da língua para a constituição identitária é reconhecida pela Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996), cujo artigo 7.º estabelece que toda língua constitui uma expressão da identidade coletiva é um instrumento fundamental de coesão social. Nessa perspectiva, a língua não pode ser compreendida apenas como um código comunicativo, mas como um patrimônio cultural que incorpora memórias, valores, visões de mundo e formas específicas de organização social.

De acordo com Fishman (1991), a língua desempenha um papel essencial na manutenção da continuidade cultural dos grupos étnicos, uma vez que possibilita a transmissão intergeracional de conhecimentos, práticas sociais e sistemas de significação. Para o autor, a preservação linguística está diretamente relacionada à preservação da identidade coletiva, sendo que o enfraquecimento de uma língua frequentemente implica transformações profundas nas estruturas culturais das comunidades que a utilizam.

Nessa mesma direção, Bourdieu (1989) argumenta que as línguas não ocupam posições equivalentes no espaço social, uma vez que estão inseridas em relações de poder que determinam diferentes níveis de legitimidade e prestígio. O conceito de capital linguístico desenvolvido pelo autor permite compreender como determinadas línguas são institucionalmente valorizadas, enquanto outras são marginalizadas ou excluídas dos espaços formais de produção de conhecimento e reconhecimento social.

No contexto angolano, historicamente marcado pelo plurilinguismo, as línguas nacionais constituíram, durante séculos, os principais instrumentos de comunicação, socialização e transmissão cultural das diferentes comunidades étnicas. Conforme observa Sacalembé (2021), a diversidade linguística existente em Angola reflete a coexistência de múltiplos sistemas culturais e identitários, evidenciando a complexidade sociocultural que

caracteriza o país. Nesse cenário, a língua configura-se como um dos principais elementos de afirmação identitária e de preservação da memória coletiva.

Entretanto, os processos históricos associados ao colonialismo português promoveram uma hierarquização linguística que favoreceu a língua portuguesa em detrimento das línguas autóctones. Segundo Tamba (2021), as línguas africanas foram frequentemente classificadas como dialetos ou formas inferiores de comunicação, enquanto o português passou a ser associado ao progresso, à escolarização e à mobilidade social. Tal dinâmica contribuiu para a produção de mecanismos de exclusão simbólica e para a desvalorização das línguas nacionais.

A oficialização da língua portuguesa após a independência de Angola reforçou sua centralidade nos domínios político-administrativos, educacional e econômico. Embora a Constituição da República de Angola (2010), em seus artigos 19.º e 21.º, reconheça a importância das línguas nacionais e estabeleça a responsabilidade do Estado em promovê-las e valorizá-las, observa-se que a implementação de políticas linguísticas inclusivas permanece um desafio significativo. Conforme argumenta Calvet (2007), a simples existência de dispositivos legais não garante a preservação das línguas minoritárias, sendo necessárias ações concretas voltadas à sua promoção nos sistemas de ensino, nos meios de comunicação e nas instituições públicas.

No caso específico da língua Hungo, a reduzida presença nos espaços formais de educação, administração pública e produção científica evidencia um processo histórico de invisibilização linguística. Essa realidade afeta não apenas a vitalidade da língua, mas também os mecanismos de transmissão da memória coletiva, dos conhecimentos tradicionais e das práticas culturais associadas ao grupo étnico Hungo. Conforme destaca Crystal (2000), o desaparecimento gradual de uma língua representa a perda irreparável de formas particulares de conhecimento, experiências históricas e patrimônios culturais acumulados ao longo das gerações.

Dessa forma, a análise da língua Hungo enquanto elemento constitutivo da identidade cultural permite compreender que os processos de marginalização linguística transcendem a dimensão comunicativa, alcançando aspectos centrais da reprodução social, da preservação da memória coletiva e da continuidade histórica do grupo. A valorização e a preservação dessa língua constituem, portanto, não apenas uma questão linguística, mas também um desafio relacionado à proteção da diversidade cultural, ao reconhecimento dos direitos culturais e à promoção da justiça sociolinguística em Angola.

2.3 COLONIALISMO E HIERARQUIZAÇÃO CULTURAL EM ANGOLA

O processo colonial em Angola pode ser compreendido como um conjunto de relações de poder que configura os sistemas de representações culturais e linguísticas.

No contexto da hierarquização cultural em Angola, apesar da dinâmica de repressão, Mingas (2005) destaca que as populações angolanas mantiveram suas formas de manifestações identitárias, evidenciadas através dos seus provérbios e nas práticas culturais que expressam os valores sociais persistentes mesmo sob domínio colonial. Essa realidade reforça o aspecto identidade, pelo fato de não ter sido eliminada, isso demonstra um reforço simbólico, mas continua configurada no interior dos processos históricos marcados por tensões e disputas simbólica de vários grupos que configuram a sociedade angolana da época.

Angola caracterizada por uma ampla diversidade cultural, linguística e étnica apresentava múltiplas formas de organização sociocultural, cuja a identidade era estruturada a partir de valores, tradições orais e práticas ritualísticas. Porém a presença colonial, essas expressões foram sendo progressivamente subjugadas, sendo assim classificadas como inferior face às culturas e às línguas europeias.

A partir dessa perspectiva, o colonialismo pode ser interpretado, em consonância com Stuart Hall (1987), como um processo de determinação de sistemas de representação que hierarquizam as culturas e produziram mecanismos de exclusão. De acordo com Mingas (2005), o período colonial foi marcado pela estratificação da cultura europeia e pela desvalorização das tradições culturais africanas, resultando em políticas assimilacionistas que incluíam a proibição das línguas autóctones, enquanto veículo fundamental de transmissão da cultura. Esse processo contribuiu para o apagamento de práticas e tradições que marginalizam os grupos étnicos nativos.

No entanto, essa política europeia, também abrange a etnia Hungu, do ponto de vista do processo histórico, políticos e sociais de marginalização linguística que influenciou a vitalidade da língua Hungo e os mecanismos de reprodução cultural do grupo.

Paralelamente, Pinto (2026) assinala que as reações dos chamados filhos da terra, traduziu-se em movimento de resistência e na construção de uma memória positiva associada à necessidade de recuperação da dignidade e das identidades culturais dos povos que formavam essas etnias. Assim, a luta anticolonial pode ser entendida como um processo de resignificação identitária, orientado para a recuperação das estruturas da cultura e da língua dos grupos étnicos.

Dessa forma, o colonialismo em Angola configurou-se como um conjunto de interrupções das dinâmicas autóctones de construção de identidade, impondo hierarquias

culturais e linguísticas que subalternizam a progressão dos povos locais. Nesse período, em referência às línguas angolanas foram frequentemente classificadas como dialetos e subculturas, em oposição à língua do colonizador. Diante disso, pode-se inferir, que a recuperação e valorização das culturas, das tradições e de suas identidades linguísticas dos diversos grupos étnicos, passou a ser responsabilidade que passava por construir movimentos nacionalistas, que naquele contexto lutou para liberdade e ao respeito às formas de vivência daquelas sociedades e consequentemente a conquista da independência do território angolano.

2.4 CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE NACIONAL E TENSÕES ÉTNICAS

Para a compreensão do conceito de construção de identidade nacional e das tensões étnicas dos povos de Angola, parte-se de uma abordagem ancorada ou firmada em pesquisadores angolanos que problematizam a ideia de angolanidade enquanto uma construção resultante do entrelaçamento das culturas provenientes de diversas etnias que participaram dos processos de libertação e da formação da identidade nacional.

Nesse âmbito destacam-se as contribuições de Batsíkama (2013), em sua investigação sobre a angolanidade como construção das identidades angolanas, centrada na análise da cultura e da memória de Angola, de Manuel Jorge (2006), que aborda a nação, identidade e unidade nacional a partir dos conceitos e preceitos do nacionalismo angolano e de Karina Ramos (2017), que analisa discursivamente os movimentos de luta de libertação nacional, com ênfase na angolanidade literária presente na Revista Mensagem de (1951- 1952).

Segundo Batsíkama (2013), a compreensão de identidade, em contexto marcado pela coexistência de múltiplos grupos étnicos, implica uma análise de sua construção desde o período colonial e pós-colonial abrangendo as lutas de libertação nacional e a guerra civil de Angola.

Nesse processo destacam-se os movimentos de libertação nacional, nomeadamente a FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), MPLA (Movimento popular de Libertação de Angola) e UNITA (União Nacional de Independência Total de Angola), que formularam as concepções distintas de angolanidade orientadas por suas respectivas ideologias. Tais concepções não se fundamenta prioritariamente em valores culturais, linguísticos e tradicionais, mas, sobretudo em critérios de especialidade e o regionalismo associado às origens etnolinguísticas de suas lideranças, como Kongo (FNLA), Mbundu (MPLA) e Ovimbundu (UNITA). Dessa forma a identidade dos angolanos vinculados a esses grupos era concebida a partir dessa pertença etnolinguística no contexto de luta pela emancipação nacional.

Porém, a formação do território angolano ocorreu num momento de fortes tensões entre os movimentos e pela elites diversificada, organizadas em fases históricas correspondentes aos períodos importante que marcou todas as lutas de libertação de Angola, decorreu nos anos de 1961-1975; 1975-1992 e 1992-2002, os quais marcam os processos de constituição do Estado angolano. No entanto, esse período é caracterizado por intensas disputas de afirmação identitária, evidenciando a presença de múltiplas identidades oriundas do amplo mosaico cultural e linguístico da nação recém- independente, assim, na realidade angolana, os grupos que predominavam os movimentos eram formados com maior abrangência linguística e étnica, como os Kongo, Mbundu e os Ovimbundu entre outros grupos minoritários¹.

Para Batsîkama (2013), o conceito de angolanidade apriorística, associado ao projeto político do MPLA, definia a constituição de Angola como um Estado-Nação unificado, no qual todos os indivíduos seriam integrados como um único povo, acima das distinções étnicas. Essa perspectiva pressupunha a convivência entre africanos, europeus e os angolanos em um mesmo espaço político, social, embora não explicasse os mecanismos de gestão das diferenças culturais e linguísticas, o que gerava discordância por parte dos outros movimentos.

Em contraposição, Batsîkama (2013) enfatiza a concepção de angolanidade rizomática, defendida pela FNLA, e posteriormente adaptada pela UNITA. Porém, essa abordagem enaltece a construção do Estado-Nação, a partir das raízes culturais africanas, propondo um rompimento com os modelos coloniais e a busca por uma independência cultural. Assim, elementos como cultura, tradição oral e língua, são centrais na definição identitária, ao mesmo tempo em que o angolano de fora, especialmente o euro – angolano, ocupa uma posição secundária. A essa ideia pode se associar ao caso dos povos Hundo, fruto desta influência da língua portuguesa as gerações mais jovens vão deixar de falar a sua língua nativa.

Atualmente, na sociedade a estrutura da angolanidade permanece em processo de consolidação, sendo marcada por questionamentos da verdadeira identidade face à situação dos grupos minoritários e a sua constante invisibilidade institucional, visto que esses participaram nesses movimentos de libertação. No entanto, Ramos (2017) considera que a angolanidade configurou-se como um processo de legitimação de uma nova identidade cultural e linguística emergente no contexto das lutas e construídas ao longo de diferentes períodos de Angola.

Por sua vez, Jorge (2006) concebe a angolanidade como compartilhamento de ideias voltadas à defesa de identidade nacional, em consonância com que Hall (1987), chama de

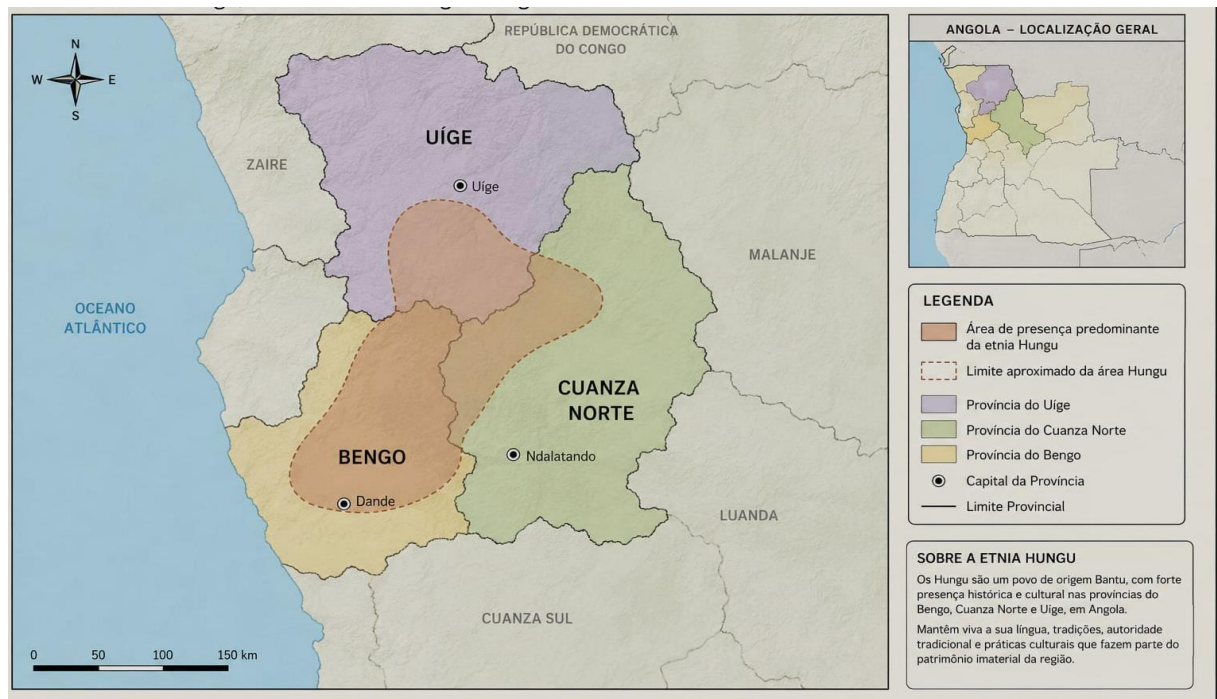
¹ Virgílio Coelho, “A classificação etnográfica dos povos de Angola (1.ª parte)”, *Mulemba*, 5 (9) | 2015.

identidade cultural, fundamentada na representação simbólica das suas línguas e culturas pertencentes a cada grupo étnico.

Portanto, essa análise se enquadra ao caso da etnia Hungo, que historicamente reivindicando o reconhecimento da sua identidade linguística ser incluída nas políticas, educacionais, uma vez que o grupo tem as características, como língua, cultura, tradição que preserva a memória coletiva do seu povo, assim como das demais etnias existente em Angola.

2.5 CASO ESPECÍFICO DOS HUNGO, SUAS PRÁTICAS CULTURAIS

Figura 1 - Localização da etnia Hungo em Angola



Fonte: OpenAI (2026).

Os Hungo constituem um grupo étnico de Angola, atualmente localizados nos municípios dos Dembo-Quibaxe e Bula-Atumba, província do Bengo, bem como em Bolongongo, Banga, Quiculungo e Terreiro, Cuanza Norte e ainda em Quitexe e Vista-Alegre na província do Uíge.

Trata-se de um grupo bantu, minoritário, culturalmente relevante no mosaico etnolinguístico angolano. Embora a língua Hungo ainda seja falada por uma parte das províncias onde habitam, sobretudo pelos indivíduos mais velhos, esse fato configura um dos elementos que indica o seu progressivo processo de apagamento.

Para a compreensão da origem e caracterização dos povos Hungo, geralmente recorre-se aos escritos de Joseph Miller (1976), que realizou estudos de classificação dos Mbundu, que relata a origem do mundo associada à chegada de Ngola Inene, proveniente de regiões nordeste, que se estabeleceu no território que atualmente é ocupado pelos Mbundu. Como se pode observar no trecho.

A partir de sua descendência, particularmente por meio de Kurinje Kwa Samba, originaram-se diversos grupos, entre os quais os fundadores dos Ndongos, Hungu, Pende, Lengue, Mbindu, Imbangala, Songo, associados a diferentes linhagens genealógicas, essa narrativa também indica que os antepassados desses grupos teriam migrado com malunga do mar, fixando-se em regiões de colinas e vales onde atualmente residem os seus descendentes (Miller, 1976, p. 55).

No entanto, esses estudos classificatórios ² foram desenvolvidos por estudiosos como Estermann (1955); Redinha (1963) ³ e por Miller (1976), que tornam evidente a organização das sociedades Mbundu, a partir do qual se pode inferir a semelhança da estrutura da sociedade Hungo, considerando que a ocupação de um território comum, associado ao antigo reino do Ndongo, caracterizado por um sistema de linhagem matrilinear. Nesse contexto, os Hungo, enquanto grupo vinculados à mesma matriz linear, apresenta em alguns casos as mesmas práticas culturais, religiosas e tradicionais ligada à concepção de poder fundamentadas na sua ancestralidade.

Porém, no período anterior à presença portuguesa, o grupo étnico Hungo, possuíam uma organização política estruturada, comparável a de outros reinos, como a do Ndongo e Congo. Segundo a tradição oral dessa etnia, se observa, a existência de uma estrutura social hierarquizada, responsável pela regulação das relações internas, o primeiro nível de autoridade estava associada ao chefe da família, cuja influência aumentava à medida que o clã ia se expandindo.

² Os estudos levados a cabo por José Redinha acerca das classificações étnicas dos povos de Angola, constituem, em relação aos materiais conhecidos anteriormente, um considerável avanço. Eles têm alcance em todo o contexto espacial da província de Angola e Redinha, no início desse seu estudo seminal, aponta claramente algumas das suas principais fontes, tais como o «*Missionário e Etnógrafo Carlos Estermann para o Sudoeste de Angola, os do Coronel Hélio Esteves Felgas, para a Região Conguesa, os de Murray Child's para a área umbanda, e as nossas próprias documentações sobre o Nordeste e Leste, recolhidas no decurso da organização do Museu do Dundo*» (REDINHA [1962] 1975: 5). Através dessa informação José Redinha mostra assim uma cobertura de conhecimentos julgados mais fiáveis porque partem de trabalhos de etnografia muito localizados e aprofundados sobre os principais «*grupos étnicos*» na província de Angola. Não identifica, contudo, as suas fontes para os Kimbundu; observa-se, no entanto, que antes atribuiu-lhe sempre o designativo Ambundo e agora chama-lhe unicamente os Kimbundu, o que nos parece constituir um avanço digno de registo. Mas os esclarecimentos acerca dessa mudança estão por fazer.

³ Virgílio Coelho, “A classificação etnográfica dos povos de Angola (1.ª parte)”, *Mulemba*, 5 9 | 2015, 203-220.

Através das entrevistas que mantive com alguns membros pertencentes ao grupo étnico Hungu, e inclusive os diálogos que tive com a minha mãe, foi possível obter as informações voltadas para cultura, a língua e as suas tradições que ainda permanece viva no seio dos meus interlocutores. Ao longo do trabalho poderá se observar que muitas palavras escritas na língua Hungo, e que no ato da transcrição foram devidamente traduzidas e enquadradas no contexto pelo qual me propus a compreender.

No âmbito comunitário, era eleito um indivíduo reconhecido pelos adultos com mais experiência, ao qual se atribuía a função de autoridade máxima do grupo, designado Ngana Soba, pela aplicação das normas costumeiras que regulavam a convivência social dos diferentes clãs ou que também pode ser designado de Khanda, prática que perdura até aos dias de hoje, nas aldeias dos povos Hungo.

Porém, o Soba era coadjuvado por membros de sua corte, com funções específicas, nomeadamente o *Massekele* (que quer dizer secretário), o *Menekapyta* (porta voz ou apelador) e o Mene Mbangi, conhecido como conselheiro. No entanto, os *Menekapyta*, geralmente são dois, representavam as famílias minoritárias não pertencentes à linhagem direta do Soba, sendo responsável por transmitir as informações urgentes às comunidades e convocar as reuniões para a resolução dos conflitos e situações emergentes da aldeia, no qual chamam de *Hata ou Quibelo* (bairro, rua, quarteirão).

No entanto, o modelo educativo masculino *mutanda*, caracteriza-se por um processo rigoroso de instrução no qual os jovens eram reunidos em torno de uma fogueira, sob orientação de um ancião responsável pela transmissão do ensinamento. Os conhecimentos eram ministrados na língua local, o Hungu, que incluíam os adágios, contos e provérbios que na oralidade Hungo, era designado de *Inkanas* e *Ificas*, os quais desempenhavam funções filosóficas na construção da cosmovisão e no desenvolvimento da capacidade argumentativa dos indivíduos ligados ao grupo étnico, a posterior puderam assumir responsabilidade de liderança da aldeia, portanto essa preparação é de tão necessária a fim de ter esses conhecimentos das vivências do povo.

Por outro lado, para as mulheres, o processo educativo era estruturado por etapas diferentes incluindo o *Gyku* (fogueira) e o *Kyamba* (pilão), nessas fases era ensinado as práticas relacionadas à preparação dos alimentos, organização doméstica (casa), o papel social no casamento e na integração com a comunidade. O *Makuku* representado por três pedras que sustentam a panela, assim o *Gyku* e *Kyamba*⁴, configuram um espaço e instrumentos

⁴ O *Gyku* Refere-se a fogueira, quando pronunciada da língua Hungo, normalmente Está fogueira é o lugar onde as mulheres adultas, jovens e crianças, da etnia, se reúnem, Para que a mãe ou a tia por parte do pai, passe todas

pedagógicos para a formação feminino, abrangendo atividade como recepção de parentes do futuro marido, trabalho agrícola, o cuidado com a casa e a pesca artesanal. Mas a transmissão desses conhecimentos ou saberes era da responsabilidade das mães e das tias paternas, que recebiam o nome de *Senketu* (irmã do pai) que desempenhava a função de madrinha conselheira no seio familiar, caso contrário seriam então as anciãs a desempenhar esse papel de conselheira das jovens mulheres que se reuniam num lugar específico, denominado *ndjango*, casa tradicional onde se resolve os problemas da aldeia.

A estrutura social dos Hungo, apresenta uma proximidade a do antigo reino do Ndongo pelo fato desses se basearem em critérios de linhagem para a ocupação de uma função política, como a de Ngana Soba, Ndembo bem como guardião (militar), que protegem as aldeias. Essa organização permitia a constituição de unidades sociais autônomas entre os clãs ou *khandas* que correspondiam a linhagem de cada família, conforme a sua ancestralidade.

Assim, como outros grupos bantu de Angola, os Mbundu, Kongo e Ovimbundu, os Hungo, fixaram-se em regiões específicas em decorrência das migrações bantu, estabelecendo-se nas margens dos rios Zaire e Kwanza, áreas associadas aos antigos reinos do Congo e Ndongo. Posteriormente, consolidaram-se nas regiões denominada *Ndembo* (Dembos), que atualmente correspondem aos municípios dos Dembos-Quibaxe e Quitexe, nas províncias do Bengo e Uíge, que historicamente caracterizadas por lideranças tradicionais como Dembos, Sobas, Regedores, essas figuras são os responsáveis pela gestão política, cultural e educativa da comunidade, sobretudo nos Hungu, é uma prática que se observa até aos dias atuais, portanto ainda é muito frequente em suas aldeias.

No entanto, no plano simbólico, o termo Hungo, é associado à tradição oral, como sendo um som de uma serpente, considerada mortífera e caçadora, características atribuídas ao grupo em função de suas habilidades na caça e na agricultura, práticas culturalmente valorizadas. Nesse sentido, a etnia, apresenta um conjunto de tradições fundamentais em suas cosmovisões, que se reflete nas suas formas de educar e organizar a vida social, constituindo assim elementos centrais de sua identidade cultural.

Sobre essa perspectiva, é possível afirmar que esses traços evidenciam que os Hungu, assim como os outros grupos étnicos minoritários, possuem uma história própria expressa em seus hábitos, língua e práticas educativas. Portanto, a transmissão desses conhecimentos ocorre

as orientações necessárias, da vida social, matrimonial e o cuidado com os alimentos, e a gerência da futura casa. O *QUILAMBA* normalmente é usado para pisar o milho, a farinha de mandioca, para a tradição Hungo, acarreta um simbolismo de grande relevância cultural. Pois todas as manhãs as mulheres se reúnem para fazerem esse serviço, e à medida que vão pisando elas cantam e ensinam as mais jovens.

de forma intergeracional, por meio da língua, que se configura como elemento simbólico de unidade entre os membros do grupo, compartilhando, valores, tradições e cosmovisões que definem a identidade do povo.

2.6 CONSEQUÊNCIAS PARA OS GRUPOS MINORITÁRIOS

Porém, a presença colonial demarcou-os em uma subjetividade negativa através dos conceitos autóctones utilizados pelos holandeses no século XVII, e o bosquímano. Ambos os conceitos visavam depreciar a dimensão histórico-antropológico-cultural desses povos. Sobre isto, Estermann (1983, p. 175) já dizia que “quanto à designação autóctones deriva do termo holandês “gago” ou antes cacarejador, por causa dos sons estalinhos que fazem parte da sua fonética (Miguel (2021, p. 4).

Apesar da diversidade cultural e étnica do país, os grupos étnicos minoritários, ainda são dados como anônimos, alguns deles, como é o caso dos Hungo, permanecem pouco estudado e divulgados, o que tem contribuído para o desconhecimento da cultura, da história e a presença social no contexto angolano.

Assim, iniciativa de cariz investigativo, recolha de dados dos seus valores, hábitos e costumes, muito preservados por via da sua oralidade, na necessidade de despertar o interesse dos estudiosos, enquadrá-las no acervo nacional para que essa minoria étnica, não passa ver a sua língua, cultura e tradição sendo apagada por falta de políticas de inclusão, por consequência da invisibilidade institucional a que esses grupos vêm vivenciando ao de vários anos.

Nessa perspectiva, vale dizer que os grupos minoritários de Angola enfrentam graves problemas de reconhecimento de suas identidades como povo que possuem todas as características como dos demais grupos étnicos, que constituem o mosaico cultural e linguístico de Angola. No caso do grupo Hungo, assemelha-se aos demais grupos que têm uma língua, cultura e tradição. Apesar desta marginalização construída a partir do processo colonial até a independência.

Censo 2024 (INE, 2025) mostra que os grupos étnicos minoritários ocupam apenas 3,2% da população angolana, comparativamente aos grupos majoritários, como no caso, do Ovimbundu 29,1%; Mbundu 27,0% e Kongo 14,4% que têm maior representatividade do ponto de vista populacional com uma percentagem acima das etnias minoritárias.

Nesse contexto, a invisibilização e a marginalização das línguas destas minorias étnicas, encontram-se na iminência de apagamento, fruto desta invisibilidade histórica desses povos. Porém, observa-se esta inferiorização como consequência da ausência de políticas linguísticas,

devido o elevado impacto do não reconhecimento das línguas destas minorias, o que se constitui como elemento fundamental para as suas identidades, no sentido de que essas desempenham um papel importante para a continuidade, da cultura, tradição e da história existencial das suas populações.

Este apagamento é institucionalizado por parte de quem devia proteger e garantir a sua continuidade, em meio a diversidade cultural e linguística a que Angola se caracteriza. Portanto, o Censo 2024 mostra exatamente isso que estou a chamar de invisibilidade étnica. Se não mesmo, vejamos no agrupamento das memórias, em grupos maiores, que talvez não tenham os mesmo hábitos, costumes, crenças, língua e cultura.

Conforme mostra o trecho do Censo 2024 (INE, 2025, p. 52)

Neste relatório algumas línguas regionais foram agrupadas com as respectivas línguas locais: kimbundu inclui Mbangala, Songo e Ngoya; Umbundu inclui Mukubale; Cokwe inclui Lunda; Olunyaneka inclui Humbi, Handa, Mucilengue, Sela e Kimbali; Nganguela inclui Luchazi, Mbunda e Ukumbi; Kwanhama inclui Herero e Mudimba; as demais língua foram agregadas na categoria outra “(Gestual, kishumbe, Kiswahli, Mwalahi, Sikabunda, Muko, Lucumai, etc)

No caso dos Hungo, assim como os demais grupos étnicos minoritários de Angola, tem sido de forma recorrente agrupadas aos maiores com justificativa de que vivem no mesmo espaço de coabitação, mesmo que cada um destes possuem traços culturais semelhantes em muitos aspectos, mas também se distanciam em suas vivências, rituais tradicionais, língua que se conserva na memória de cada povo.

Diante disso, inferimos que, os poucos estudos que se tem acerca dos povos Hungu, indicam que estes estão agregados aos grupos com proximidade linguística, mas esta realidade esbarra na especificação da língua, na organização e estrutura familiar, no uso dos seus costumes, que são semelhantes ou totalmente diferentes.

Miguel (2021) considera que os processos de exclusão das memórias são decorrentes da ausência de políticas de inclusão que valorizam as memórias coletivas destas minorias, no sentido integral, social, econômico, adaptadas às realidade local e do contexto a que esses grupos étnicos se inserem. No entanto, com essas políticas de agrupamento dos povos menores, visa tão somente fomentar a invisibilidade das suas culturas e tradições, e como consequência, resulta no apagamento das línguas autóctones, pelo qual é o símbolo de unidade destas minorias.

A isso associamos a situação atual da etnia Hungo, fase á essa ausência de políticas concreta, que visa a integração, na esfera social, e a falta destes mecanismos, assiste-se a marginalização da identidade e que vão resultando no enfraquecimento das estruturas

tradicionais, que outrora serviu de base para a passagem de ensinamentos, por via da oralidade, que é um meio característico do povo na transmissão da memória coletiva de forma intergeracional. Por fim, as consequências para as minorias étnicas, são bastantes visíveis e institucionalizadas por parte de quem podia implementar políticas que visem o desenvolvimento deste povo. Como se pode verificar, que no último estudo censitário de 2024, pelo qual a maioria dos grupos étnicos minoritários foram agrupados nas etnias que de certa forma tem proximidade cultural e linguística.

3 METODOLOGIA

O presente trabalho de conclusão do curso, adotará o método de pesquisa qualitativa. Esse trabalho utilizará o método de entrevista com formulários online, devido a distância, justifica-se, que o pesquisador possa explorar melhor o problema e dar voz à todos os participantes da comunidade e por outro lado mapear as complexidades das situações e analisar as várias percepções dos seus integrantes.

Neste trabalho serão utilizados os procedimentos técnicos e instrumentos metodológicos de recolha de dados e informações, numa abordagem bibliográfica e etnográfica. “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisa desenvolvida exclusivamente a partir de fontes bibliográficas” (Gil, 2002, p. 3).

Considerando a natureza do trabalho, a utilização de materiais de estudo disponíveis como artigos científicos, dissertações, livros, monografias, teses, jornais, anais de eventos científicos e plataformas digitais, proceder-se-á a recolha de informações relacionados aos grupos étnicos de Angola, sua língua, cultura, tradições, rituais como particularidade às minorias étnicas, no caso específico dos Hungo, que é o foco principal desta pesquisa.

No entanto, essa pesquisa caracteriza-se pela investigação, mediante técnicas, que darão ênfase científico ao trabalho, tais como entrevistas abertas e semiestruturadas, registros de dados, análise das narrativas e histórias. Assim, possibilitará a compreensão não apenas do comportamento, mais o uso da língua, os processos de transmissão, a relação geracional e a questão da identidade cultural dos Hungo, mas também aos significados atribuídos pelos próprios indivíduos do grupo através das suas ações.

Recorremos ao uso de recursos tecnológicos que facilitem o diálogo com membros da comunidade Hungo para análise da língua, versado na situação concreta à interação, evidenciando variações e escolhas que refletem o pertencimento social e de identidade cultural. Os processos de transmissão do Hungo, uma vez que são observados em práticas cotidianas, como as conversas familiares, rituais, práticas educativas e os espaços comunitários, nos quais saberes e valores são compartilhados entre gerações.

Além disso, a abordagem etnográfica destaca o caráter relacional do conhecimento, reconhecendo que os dados não são simplesmente coletados, mas construídos na interação entre pesquisa e os interlocutores. Nesse aspecto, as relações geracionais, no contexto, são analisadas como um espaço de negociação simbólica, a qual existe uma contínua articulação e transformação cultural, assim, a identidade por sua vez é compreendida como processo dinâmico situado e produzido nas práticas sociais, nas narrativas e na forma do uso da língua.

Com base nisso, a primeira parte deste trabalho consiste na coleta e análise de materiais bibliográficos que serviu de auxílio na definição dos conceitos teóricos e metodológicos do projeto. Na sequência, serão realizadas, entrevistas semiestruturadas direcionadas aos indivíduos pertencentes a etnia Hungo, como adultos, jovens, crianças e lideranças, como Soba, Dembos e os Anciãos, com incidência na percepção dos falantes considerando que são contínuos ativos da língua, para compreender a conexão geracional com os jovens relacionados com o Hungo.

O trabalho será desenvolvido com base na análise qualitativa de inspiração etnográfica, visto que a centralidade e o objetivo visa tão somente compreender os processos do uso, transmissão e preservação da língua, conseqüentemente às práticas culturais do grupo investigado.

Quanto às narrativas, a pesquisa adotará como técnicas de coleta de informações e narrativas orais, memórias culturais coletivas, na construção identitária. Assim sendo, a recolha de relatos, tem que ver com o processo de aprendizagem da língua e das narrativas relacionadas às práticas tradicionais do grupo em análise. As técnicas que serão utilizadas, permitirá a obtenção dos conhecimentos que são transmitidos de forma oral, possibilitará a valorização das experiências subjetivas e coletivas dos participantes.

A pesquisa usará recorte empírico nos municípios de Bolongongo, Quiculungo e Terreiro na Província do Cuanza Norte, de forma delimitada envolvendo, adultos, jovens, lideranças pertencentes ao grupo étnico Hungo. Assim, a seleção será feita de forma intencional considerando a prerrogativa de que possuem conhecimento sobre a língua, tradições culturais e os processos de transmissão intergeracional. Por isso, essa delimitação tem como finalidade

REFERÊNCIAS

- ANGOLA, Instituto Nacional de Estatística (INE). **Resultados definitivos do Recenseamento Geral da População e Habitação 2024**. Luanda: INE, 2025.
- BATSÍKAMA, Patrício. **Leitura antropológica sobre angolanidade**. Sankofa: Revista de História da África e de Estudo da Diáspora Africana, São Paulo, ano VI, n. 11, ago.2013.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CALVET, Louis-Jean. **As políticas linguísticas**. São Paulo: Parábola, 2007.
- COELHO Virgílio. **A classificação etnográfica dos povos de Angola: Mulemba**, 5 (9) / 2015.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE ANGOLA. (2010). Disponível em: <https://www.wipo.int/edocs/lexdocs/laws/pt/ao/ao001pt.pdf>. Acesso em: 6 junho. 2026
- CRESWELL, W. John; PLANO CLARK, Vicki L. **Pesquisa de métodos mistos**. Tradução de Magda França Lopes. Revisão técnica de Dirceu da Silva. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2013
- CRYSTAL, David. **Language Death**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- ESTERMANN, Carlos. **Etnografia do Norte de Angola: O Grupo Etnico dos Ambundu**. Lisboa: Instituto de Investigação Científica de Angola, 1956, v. 1.
- FISHMAN, Joshua. **Reversing Language Shift**. Clevedon: Multilingual Matters, 1991.
- GIL, Antônio Carlos. **Como classificar as pesquisas**. IN: — **Como elaborar projetos de pesquisas**. 4. ed. São Paulo: 2002. P.44-45.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- Gil, Antônio Carlos. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. 7. Ed. Barueri: Atlas, 2022.
- HALL, Stuart; CRITCHER, Chas; JEFFERSON, Tony; CLARKE, John; ROBERTS, Brian. **Policing the Crisis: Mugging, the State, and Law and Order**. London: Macmillan Press, 1987.
- JORGE, Manuel. **Nação, identidade e unidade em Angola: conceitos, preceitos e preconceitos do nacionalismo angolano**. Revista Latitudes, n. 28, dez. 2006.
- MILLER, Joseph C. Reis e Parente: **Os primeiros estados Mbundu em Angola**. Oxford: Clarendon Press, 1976
- MINGAS, Amélia Arlete. **Línguas e culturas em Angola**, Bahia, 2012.
- MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.

MUAMUNUNGA, Aleixo Castigo. **Desafios do ensino da língua portuguesa em Angola: perspectivas e reflexões**. Anais do X CONEDU... Campina Grande: Realize Editora, 2024. Disponível em: <https://mail.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/111637>. Acesso em: 25/05/2026 17:43

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo**. 2.ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP, 2000.

PHILLIPSON, Robert. *Linguistic imperialism*. Oxford: Oxford University Press, 1992.

PINTO, João Paulo Henrique. **A identidade nacional angolana: definição, construção e usos políticos**. 2016.Dissertação (Pós-Graduação em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niteroi, 2016.

RAMOS, K. H. **A angolanidade literária nas páginas da Revista Mensagem (1951-1952)**. Revista Transversos. “Dossiê:Áfricas e suas diásporas”.Rio de Janeiro,nº. 10, pp.277-296, Ano 04. ago. 2017. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos>. ISSN 2179-7528. DOI:10.12957/transversos.2017.2997

SACALEMBE, Julio Epalanga. **O Silenciamento da língua angolana Umbundu**. 2021.Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Humanidade) – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2021.

TAMBA, Pansau. **A política da língua na África e a situação das línguas autóctones na educação: uma análise crítica das constituições**. 2021. 18 f .Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Humanidades- Instituto de Humanidade e Letra dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde,2012. Disponível em: Repositório Unilab. Acesso em, 12 maio 2026.

UNESCO. *Language vitality and endangerment*. Paris: UNESCO, 2003.

UNIVERSAL DECLARATION OF LINGUISTIC RIGHTS (editado pela UNESCO e subscrito em Barcelona, 6-9 de Junho de 1996.